

ORDEN DO DIA
26/06/2000



CÂMARA MUNICIPAL DE
MARECHAL FLORIANO
Protocolado sob nº 105
Em 26/06/2000
Glória Bonatti
Encarregado

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXPEDIENTE DO DIA
EM 26/06/2000

PROJETO DE LEI Nº 016 /2000

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS PARA O
EXERCÍCIO DE 2001, QUE
ABRANGERÁ OS PODERES
LEGISLATIVO E EXECUTIVO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO,
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele
sanciona a seguinte Lei :

Art. 1º- A elaboração da proposta orçamentária para
o exercício de **2001**, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e
entidades da Administração Direta e Indireta e a execução obedecerá as diretrizes
aqui estabelecidas :

Art. 2º- A elaboração orçamentária para o exercício
de **2001**, obedecerá as seguintes diretrizes gerais:

§ 1º - O montante das despesas não poderá ser
superior ao das receitas .

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão as
suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preços de
1999, considerando os aumentos ou diminuição dos serviços .

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a
preço de julho de 2000, considerando-se a tendência do presente exercício e os
efeitos das modificações da Legislação Tributária .

§ 4º - Os projetos em fase de execução terão
prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados sem a
autorização legislativa .

A comissão de Legislação
Justiça e Redação Final.
Em 26/06/2000

26/06/2000
Paulo Cesar Farias

Encaminhado para
a Mesa Diretora
do dia
26.06.2000

Fla



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 5º - O pagamento dos serviços da dívida e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo, da receita resultante de impostos e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme determina o Art. 212 da Constituição Federal.

§ 7º - Constará da proposta orçamentária, o produto das operações de crédito, autorizadas pelo Poder Legislativo, com destinação específica e vinculadas ao projeto.

Art. 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades dentre as relacionados no Anexo I, integrante desta Lei e as orçará a preço de julho de 2000.

Parágrafo único - Poderão ser incluídos programas não alencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de Governo.

Art. 4º - Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente pela inflação acumulada, divulgadas pelo Governo Federal entre os meses de julho à dezembro de 2000.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios com outras esferas de Governo e Instituições privadas para o desenvolvimento de Programas prioritários nas áreas de Agricultura, Educação, cultura, Turismo e Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social, Obras e Serviços Urbanos e de Transporte, com ou sem ônus para o Município.

Art. 6º - As despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta, ficam limitadas a 60% (sessenta por cento), das receitas correntes.

§ 1º - Entendem-se como receitas correntes para efeito do presente artigo, o somatório das receitas correntes da Administração Direta e das receitas correntes da Administração Indireta, provenientes de autarquias e Fundações Públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos da Administração Direta e Indireta nas seguintes despesas:



Prefeitura Municipal de Marechal Floriano
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- I - Salário
- II - Obrigações Patronais
- III - Inativos e Pensionistas
- IV - Remuneração dos Vereadores.

Art. 7º- Fica autorizado a concessão de ajuda financeira a Entidade sem fins lucrativos, reconhecidas de Utilização Pública, nas áreas de Educação, Cultura, Turismo e Meio Ambiente, Agricultura, Saúde, Assistência Social e Sindicatos.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, do Plano de Aplicação apresentado pela Entidade beneficiada.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do Plano de Aplicação, não podendo ultrapassar trinta dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às Entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 8º- O orçamento anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus Fundos, Órgão e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Município.

Art. 9º- As operações de Crédito por Antecipação de Receita, contratada pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

Art. 10 - Os orçamento das Autarquias observarão, na sua elaboração, as normas da Lei nº 4.320/64, quanto a classificação a serem adotadas para suas Receitas e Despesas.

Art. 11 - Na elaboração dos orçamentos das Autarquias serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta Lei.

Prefeitura Municipal de Marechal Floriano
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 1º - As receitas e gastos das Entidades previstas neste caput, serão estimadas e programadas de acordo com as dotações previstas no Orçamento Geral.

§ 2º - Nas estimativas das receitas e gastos, além dos fatores conjunturais que possam influenciar a produtividade das respectivas fontes, será considerada a carga de trabalho estimada.

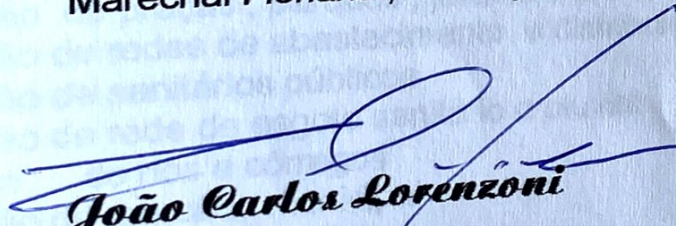
§ 3º - A previsão dos recursos oriundos de operação de crédito, não ultrapassará o limite de 30 % (trinta por cento) das receitas correntes, projetadas para o exercício.


Art. 12 - O Prefeito enviará até 30 (trinta) de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que apreciará e devolverá para sanção até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor a contar de sua publicidade.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Marechal Floriano, 06 de junho de 2.000


João Carlos Lorenzoni
Prefeito Municipal

APROVADO EM 1ª E ÚNICA DISCUSSÃO
POR unanimidade
SALA DAS SESSÕES 28, 06, 2000

Rubrica do Presidente